

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 1 2020 Edição Especial: Museu Nacional (Volume 2)

ARTIGO

HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA NO MUSEU NACIONAL: DIFERENTES NARRATIVAS

Denise Maria Cavalcante Gomes*

RESUMO

Este artigo apresenta um histórico da pesquisa arqueológica realizada na Amazônia durante os 200 anos de existência do Museu Nacional, que, desde o século XIX, esteve envolvido na produção científica sobre a arqueologia dessa região. Seu propósito é não só apontar as iniciativas de pesquisa e a importância das coleções arqueológicas depositadas nessa instituição ao longo do tempo, mas também colocar em destaque as interpretações acerca dos objetos e dos lugares, propostas por diversos pesquisadores. Em um momento de reflexão sobre a relevância histórica das coleções arqueológicas, afetadas pela tragédia do incêndio de setembro de 2018, destacamos ainda um olhar que se dirige ao futuro, sem nunca esquecer da herança do passado.

Palavras-chave: Arqueologia Amazônica; História; Museu Nacional.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Rua General Herculano Gomes, Horto Botânico, Prédio da Biblioteca, São Cristóvão, 20940-040 - Rio de Janeiro, RJ. E-mail: denisecavalcante@yahoo.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6034-4345>.

THE HISTORY OF AMAZONIAN ARCHAEOLOGY AT MUSEU NACIONAL: DIFFERENT NARRATIVES

ABSTRACT

This article presents a history of the archaeological research carried out in Amazonia during the 200 years of existence of Museu Nacional that since the 19th century has been involved in the production of scientific knowledge on the archaeology of this region. Its purpose is not only to point out the research initiatives and the importance of the archaeological collections deposited in this institution over time, but also to highlight the interpretations of objects and places, presented by several researchers. In a moment of reflection on the historical relevance of archaeological collections, affected by the tragedy of the fire of September 2018, we feature a look that goes to the future, never forgetting the legacy of the past.

Keywords: Amazonian Archaeology; History; Museu Nacional.

HISTORIA DE LA ARQUEOLOGÍA AMAZÓNICA EN EL MUSEU NACIONAL: DISTINTAS NARRATIVAS

RESUMEN

Este artículo presenta una historia de la investigación arqueológica realizada en la Amazonía durante los 200 años de existencia del Museo Nacional, que desde el siglo XIX ha participado en la producción del conocimiento científico sobre la arqueología de esta región. Su propósito es no solo señalar las iniciativas de investigación y la importancia de las colecciones arqueológicas depositadas en esta institución, sino también resaltar las interpretaciones de los objetos y lugares, sugeridas por distintos investigadores. En un momento de reflexión sobre el valor histórico de las colecciones arqueológicas, afectadas por la tragedia del fuego de septiembre de 2018, destacamos una mirada que va hacia el futuro, sin olvidar el legado del pasado.

Palabras clave: Arqueología de la Amazonía; Historia; Museu Nacional.

A história da pesquisa arqueológica do Museu Nacional (1818) tem uma trajetória relevante de investigação na Amazônia, desde o século XIX até os dias atuais. Foram numerosas as expedições e pesquisas de campo organizadas por membros dessa instituição ou pesquisadores associados que integraram iniciativas governamentais e particulares, sendo esses responsáveis pela coleta de importantes artefatos que vieram a constituir as coleções amazônicas depositadas na reserva técnica de arqueologia, ao longo dos seus mais de 200 anos de existência. O que se deve apontar é que tais pesquisas tiveram diferentes propósitos, relacionados a períodos específicos da história da arqueologia e da instituição. Neste artigo, pontuamos alguns desses momentos e tentamos associar determinados conjuntos de artefatos a seus coletores originais.

Entretanto nem sempre isso é possível, seja pela falta de documentação textual, que junto com numerosas peças se perdeu durante o incêndio de 2 de setembro 2018, ou ainda pela própria inexistência de informações acerca de peças doadas à reserva técnica de arqueologia por terceiros. Na década de 1930, Heloísa Alberto Torres (1937) já informava sobre as inúmeras doações de peças arqueológicas recebidas pelo museu, sem os dados necessários acerca de seu contexto de coleta. Essa é uma conduta que remonta ao século XIX, uma vez que, desde então, o Museu Nacional havia se tornado o depositário de objetos coletados no território nacional, por meio de doações esporádicas ou das expedições científicas sistemáticas (LANGER, 2014). Tendo em conta esses aspectos, este artigo resgata a memória das coleções arqueológicas amazônicas dessa instituição. Ele é produto de uma pesquisa bibliográfica realizada pela autora sobre a história da arqueologia amazônica no Museu Nacional, integrando ainda os resultados de suas pesquisas mais recentes na região de Santarém, PA, que também produziram coleções líticas e cerâmicas.

Esse histórico da pesquisa arqueológica na Amazônia desenvolvida pelo Museu Nacional revela inicialmente uma trajetória da arqueologia no século XIX marcada por práticas coloniais, pela coleta de artefatos com grande apelo visual e pela formulação de interpretações que instituíam diferenças entre colonizador e colonizado, seja pela valorização de origens externas e longínquas das sociedades pretéritas ou ainda pela ideia implícita de degeneração em solo brasileiro de elementos vindos desses centros de “civilização” (FERREIRA, 2001, 2007; FUNARI, 1994, 2013; NOELLI & FERREIRA, 2007). Nessa época, o principal veículo de propagação dessas ideias foi o periódico *Archivos do Museu Nacional*, que surge em 1876.

No entanto, entre as décadas de 1930 e 1940, os discursos de pesquisadores da instituição se alteram e dão lugar a formulações inspiradas no nacionalismo vigente (LOPES, 1924, 1931; TORRES, 1929, 1940). Outra tendência observada nesses escritos da primeira metade do século XX é a influência das pesquisas etnológicas conduzidas no Museu Nacional, que ajudaram os arqueólogos a compreender os vestígios arqueológicos das sociedades indígenas amazônicas na longa duração. É possível sugerir que essa última é uma tendência que se manteve nas pesquisas mais recentes (GOMES, 2017).

AS EXPEDIÇÕES DO SÉCULO XIX

Durante o segundo reinado (1840-1889), expedições científicas e exploratórias foram promovidas pelo governo imperial com o objetivo de investigar os espaços desconhecidos e, com isso, obter informações sobre a fauna, a flora e os habitantes originários do Brasil, além de coletar exemplares geológicos, botânicos, zoológicos e arqueológicos. Outras expedições foram realizadas por estrangeiros vinculados a instituições acadêmicas como parte dos esforços de internacionalização da ciência nacional. Segundo estudiosos, a segunda metade do século XIX se constitui como um momento de afirmação da ciência brasileira no âmbito científico internacional, com

missões, eventos e publicações científicas apoiados pelo imperador, tendo o Museu Nacional, fundado em 1818, como instituição central de história natural (KURY, 1998; LANGER, 2014; LOPES, 1997; SÁ, 2001; SCHWARCZ, 1993). Somente na década de 1890, após o advento da República, essa liderança nas ciências naturais passou a ser dividida com outros museus regionais, a exemplo do Museu Paraense e do Museu Paulista, representando uma ampliação do cenário científico propiciada pelo sistema federalista (SANJAD, 2010: 19).

Nessa época, a arqueologia empreendida pelo Museu Nacional tinha como principal propósito a constituição de coleções e estava afinada com as noções de civilização e progresso difundidas pela elite imperial. Após as descobertas das culturas amazônicas e de seus objetos elaborados, esforços continuados de coletas são realizados pelos cientistas, alguns deles fascinados por esses artefatos. As explicações propostas por esses pesquisadores acerca dessas ocupações amazônicas do passado pré-colonial são em sua maior parte difusionistas e fantasiosas, cujas origens foram sempre buscadas no exterior – nos Andes, na Grécia ou na Ásia (RODRIGUES, 1875b, 1889; HARTT, 1871). Nesse sentido, tais pesquisas se inserem no contexto de práticas colonialistas voltadas à construção da identidade nacional, em regiões periféricas (FERREIRA, 2014). Por outro lado, é importante observar que os resultados dessas expedições não só subsidiaram a formação de coleções, mas os registros e descrições dos objetos e dos contextos arqueológicos feitos por esses pioneiros têm continuamente servido como referências para as pesquisas contemporâneas, o que será destacado ao longo do texto.

Charles Frederic Hartt

Antes de chefiar a Comissão Geológica do Império (1875-1878), o geólogo Charles Frederic Hartt fez parte de duas expedições científicas ao Brasil. Na primeira delas, a expedição Thayer (1865-1866), Hartt, na condição de discípulo de Agassiz, ocupou-se do mapeamento geológico desde o Rio de Janeiro até a Bahia. Mas foi na segunda, a expedição Morgan (1870-1871), realizada sob o patrocínio da Universidade de Cornell, logo após sua instalação como professor de Geologia, que ele pôde reunir conhecimentos sobre a geologia, paleontologia, zoologia, etnologia e arqueologia, ao modo dos naturalistas da época (FREITAS, 2001: 148).

O objetivo da expedição Morgan, cuja primeira etapa durou 6 meses, era explorar o vale do Amazonas, especificamente a serra do Ererê (Monte Alegre, PA), onde Agassiz havia antes trabalhado, em busca de evidências empíricas de uma glaciação recente que apoiassem sua teoria criacionista do surgimento de espécies isoladas, umas sem relação com as outras. Em 1870, Hartt visitou o sambaqui fluvial de Taperinha no rio Amazonas, localizado nas proximidades de Santarém. Após ter coletado amostras geológicas e vasto material etnográfico, ele retornou a Cornell para uma breve pausa, a fim de prosseguir em uma segunda etapa dessa mesma expedição, trazendo apenas Orville Derby como seu assistente. Subsidiado pelas informações científicas de Domingos Ferreira Penna – ex-secretário de governo da Província do Grão-Pará, fundador do Museu Paraense e também pesquisador de história natural – Hartt coletou um enorme acervo de vasos, urnas, ídolos, ferramentas e outros artefatos arqueológicos que foram depois depositados na Universidade de Cornell (FREITAS, 2001; HARTT, 1885a).

A partir da leitura de seu relatório sobre as pesquisas realizadas no vale do Amazonas (HARTT, 1885a), é possível saber que Hartt voltou ao sambaqui de Taperinha, em 1871, agora para escavá-lo. Nessa escavação, o autor informa que chegou a 6 metros de profundidade e encontrou camadas de terra preta, conchas de moluscos de água doce, ossos de animais, carvões e fragmentos de uma cerâmica fabricada com areia, alguns deles contendo incisões. Um século mais tarde, esses mesmos apontamentos serviram para que

a arqueóloga Anna Roosevelt retornasse ao sambaqui de Taperinha para novas escavações, responsáveis pela identificação da cerâmica mais antiga das Américas com 7.000 anos (ROOSEVELT *et al*, 1991).

A expedição de Hartt, em 1871, contou também com a presença de Domingos Ferreira Penna, que reuniu uma importante coleção de artefatos arqueológicos provenientes de Pacoval, em Marajó, para o Museu Nacional (HARTT, 1885a: 18; TORRES, 1929). Essa iniciativa decorreu da colaboração iniciada nessa época entre Ferreira Penna e Ladislau Neto, então vice-diretor do Museu Nacional, dando início à formação do acervo amazônico do Museu Nacional (SANJAD, 2010).

Nesse mesmo ano de 1871, Hartt enviou Orville Derby ao Marajó para ele que reunisse coleções em Pacoval e Camutins a serem levadas aos EUA (hoje no Peabody Museum de Etnologia, Cambridge), tendo o Coronel E. R. Beckley como desenhista. Hartt informa acerca dos trabalhos na ilha de Pacoval, no lago Arary, em Marajó, realizados por Derby em companhia de Ferreira Penna. O autor descreve os estratos dos tesos, considerados formações antrópicas, compostos por camadas de terra preta, com uma mistura de cinzas e carvão vegetal e leitos ocasionais de areia branca. Em Pacoval Hartt indica que foram encontradas numerosas urnas funerárias antropomorfas, algumas delas com ossos. Ele registra ainda a presença de tangas cerâmicas nessas mesmas urnas. Nas escavações em Camutins, Hartt aponta que diversos outros artefatos cerâmicos (vasilhas domésticas, pratos, ídolos, bancos, maracás) foram recuperados.

Sobre o sítio Camutins, um agrupamento de tesos (montículos artificiais) situado no igarapé homônimo, a partir de resultados de sua pesquisa arqueológica, Denise Schaan propôs um modelo de gerenciamento da paisagem e dos recursos, envolvendo atividades como a construção de tesos, barragens e a escavação de tanques de peixes. A autora enfatiza a importância das publicações de pioneiros sobre a arqueologia de Marajó, a exemplo de Hartt, Derby e Ferreira Penna, cujas coletas de superfície, mensuração de sítios e escavações amadoras permitiram identificar a existência de estruturas domésticas e funerárias, a estratigrafia dos sítios e a riqueza de objetos usados como acompanhamento funerário, tais como bancos, pratos, estatuetas e tangas (SCHAAN, 2004: 75).

Depois de Marajó, Hartt (1885a: 25) considerou Maracá (Amapá) como a localidade arqueológica mais interessante da Amazônia. Grutas localizadas às margens do afluente do rio Maracá foram visitadas por Domingos Ferreira Penna durante essa mesma expedição, que coletou urnas funerárias com figuras humanas e de animais (Figura 1), enviadas ao Museu Nacional em 1871. O grande interesse de Hartt pela arqueologia amazônica não ficou restrito à cerâmica Marajoara (HARTT, 1871). Por conta disso, Hartt investiu em descrições precisas de artefatos, dando conta dos detalhes de uma urna Maracá:

O corpo é um cilindro simples, oco, colocado sobre uma espécie de banco e guarnecido de braços e pernas salientes. Uma tampa, que consiste em um cone truncado e terminado por uma placa circular coberta de bossas curtas cônicas completa a figura e mostra de um lado uma representação tosca da cara humana. Pouco abaixo da boca existe um furo correspondente a um outro corpo, por meio dos quais a tampa pode ser presa ao corpo com fios. Pouco atrás do ombro existe uma saliência curva e a coxa é ornamentada do mesmo modo. Os braços e pernas são despidos de ornamentação e os tornozelos são enormemente dilatados. Em cada joelho há um grande buraco. A figura descansa sobre um banco baixo que tem uma certa semelhança com um trenó e é idêntico em forma aos bancos de madeira que muitos índios do Amazonas empregam hoje. Consiste em uma placa horizontal sustentada sobre duas placas estreitas verticais, cortadas no meio de modo a dar quatro pés achatados ao banco. Ao lado direito da figura sai da margem do banco um

pescoço e cabeça ou máscara em forma de cogumelo, tendo este as feições humanas representadas. Este banco é destinado a representar um animal e segundo creio, um jabuti (HART 1885a: 36-37).

Figura 1 - Ilustrações de duas urnas Maracá coletadas por Ferreira Penna em 1871, depositadas no Museu Nacional. Archivos do Museu Nacional, VI, 1885. Urna antropomorfa Maracá, Museu Nacional – UFRJ. Foto: Romulo Fialdini.



Domingos Ferreira Penna

A vinculação de Ferreira Penna ao Museu Nacional remonta à década de 1860, quando ele ainda ocupava o cargo de secretário do governo Província do Grão-Pará e começou a coletar objetos de história natural para essa instituição, além de subsidiar vários viajantes que chegavam ao Pará. Sua participação na referida expedição de Hartt, em 1871, e o envio das primeiras coleções arqueológicas amazônicas ao museu da corte se dá nesse contexto. Nessa mesma data, tem início uma estreita relação que se estabelece entre ele e Ladislau Netto, nessa época vice-diretor do Museu Nacional, interessado sobretudo nas remessas de artefatos originários da Ilha de Marajó. Após sua exoneração do posto de bibliotecário e encarregado do Museu Paraense em 1872, Ferreira Penna foi contratado para a função de naturalista viajante no Museu Nacional. Em 1873 ele retorna ao sítio Pacoval, reunindo uma importante coleção de artefatos marajoara, que a partir desse momento igualava o Museu Nacional a outras instituições estrangeiras, tais como a Universidade de Cornell e o Peabody Museum (SANJAD, 2010: 89).

Mais tarde, em 1876, durante a vigência da Comissão Geológica do Império (1875-1878), Domingos Ferreira Penna e Derby fizeram escavações e coletaram materiais em Marajó e Santarém (Serra do Ererê e altos de Santarém) que foram depositados no Museu Nacional (HARTT, 1885a: 18). No ano seguinte, na qualidade de membro correspondente e naturalista viajante do Museu Nacional, Penna (1877) informa, em carta dirigida ao Dr. Ladislau Netto, diretor do museu, sobre os locais contendo artefatos cerâmicos que tem visitado na província do Grão-Pará. Ferreira Penna indica que esteve em Camutins, em Pacoval, tido como o principal e mais importante sítio de “colinas

artificiais” na ilha de Marajó, onde realizou novas escavações e reuniu importante coleção de urnas e tangas. Além disso, Ferreira Penna reporta que visitou Óbidos (PA), em local acima da foz do Rio Trombetas, encontrando vasos ricos em ornatos, e também em Miracanguera (médio Amazonas), sítios em terrenos aluviais onde recuperou urnas pintadas de tinta branca – uma delas contendo ossos humanos – que representam uma mulher sentada, a julgar pelos mamilos.

A partir dessas referências, sabemos que Domingos Ferreira Penna foi o responsável pela obtenção de grande quantidade de artefatos das culturas Marajó, Santarém, Konduri e Guarita (sítio Miracanguera), depositados no Museu Nacional durante as décadas de 1870 e 1880. Deve-se lembrar ainda seu papel de destaque na organização da Exposição Antropológica do Museu Nacional, em 1882, a cargo de Ladislau Netto, diretor da instituição. Esse último não mediu esforços para obter novos artefatos arqueológicos por meio de novas escavações realizadas com o auxílio de Ferreira Penna e da realização empréstimos a outras instituições, a exemplo do Museu Paraense (SANJAD, 2010:108-118).

Assim sendo, conforme sustenta Nelson Sanjad (2010: 120), a trajetória científica de Ferreira Penna não deve ser apenas vinculada ao Museu Paraense – instituição museológica ainda embrionária nessa época, da qual foi fundador – como fizeram equivocadamente historiadores, antropólogos e arqueólogos, mas especialmente ao Museu Nacional, onde ele atuou como pesquisador e formador de coleções antropológicas e arqueológicas, tendo publicado artigos na prestigiosa revista da instituição. Por fim, é importante reconhecer que os artefatos amazônicos de maior destaque, bem como o conjunto mais numeroso e significativo da coleção de cerâmica Marajoara do Museu Nacional (Figura 2), foram obtidos graças à contribuição de Ferreira Penna, no contexto de uma política institucional centralizadora durante o Império.

Figura 2 - Urna Marajoara antropomorfa, cujo corpo é coberto por motivos abstratos em relevo e três tangas cerâmicas com pintura policrômica. Museu Nacional-UFRJ.
Fotos: Romulo Fialdini.



João Barbosa Rodrigues

O botânico João Barbosa Rodrigues viajou em missão imperial de exploração ao Vale do Amazonas, nos rios Amazonas, Capim, Tapajós, Trombetas, Nhamundá e Jatapú entre 1871 e 1874. Embora seu propósito principal fosse as pesquisas botânicas, o autor

aponta que, sempre que teve tempo, fez estudos arqueológicos. Assim sendo, além de grande contribuição à botânica da região, Barbosa Rodrigues foi responsável pela coleta de exemplares e pela formulação de interpretações sobre os sítios e artefatos arqueológicos da região do Baixo Amazonas, dos quais se destacam cerâmicas, os machados de pedra polida e os muiraquitãs (objetos zoomorfos de pedras verdes), que depois passaram a integrar o acervo do Museu Nacional (RODRIGUES, 1875a, 1875b, 1882, 1889; IHERING, 1911: 30-32).

Em seu relatório sobre o rio Tapajós, Barbosa Rodrigues (1875a) indica, que na ausência de documentos históricos, a presença dos extintos Tapajó pode ser inferida pelos artefatos arqueológicos como os machados polidos, ídolos e também pela cerâmica, encontrada nas margens do rio e nas chapadas das serras. Assim sendo, esse pesquisador foi o primeiro cientista a estabelecer uma correlação dos artefatos arqueológicos da região de Santarém com o grupo indígena referido pelos antigos cronistas. Nos sítios das serras também reconheceu a presença de antigas aldeias com terra preta antropogênica, atribuídas a esse mesmo grupo.

A fim de aprofundar seus questionamentos sobre as práticas dos Tapajó, Barbosa Rodrigues (1875a) explorou a serra de Piquiatuba e foi à fazenda denominada Taperinha, onde existia uma “mina de sernamby” – sambaqui fluvial, o mesmo escavado em 1870 por Hartt. Após examinar o depósito com cuidado, concluiu que não era uma formação natural, mas que havia sido construído pelos antigos indígenas, uma vez que, entre os estratos de conchas, encontrou fragmentos de cerâmicas com sinais de fuligem, ossos de peixe-boi e fragmentos de diorito da mesma matéria prima dos machados. Essa hipótese, que considera uma origem antropogênica do montículo, foi, segundo ele, reforçada pela presença de crânios humanos e pelo caminho existente desde esse monte de conchas até o cume da serra.

Outros locais ao longo do rio Tapajós foram explorados por Barbosa Rodrigues, a exemplo de Alter do Chão, Boim, Aveiros, Pinhel, Brasília Legal e Itaituba (médio Tapajós). Tendo em vista as formas, a matéria prima dos artefatos líticos e a semelhança da cerâmica, o pesquisador considerou que o mesmo grupo habitava desde a foz do rio Tapajós até as margens de Itaituba. Na região do Alto Tapajós, abaixo de Itaituba, reconheceu as rochas das quais eram feitos os machados polidos, encontrados por ele em diversas localidades, além de oficinas lítica contendo diferentes sulcos nas rochas à beira do rio, destinados a alisar, amolar e arredondar as faces dos machados (RODRIGUES, 1875a).

Ao tratar da existência dos muiraquitãs e dos ídolos amazônicos, artefatos zoomorfos e antropomorfos de pedras polida, percebe-se um redirecionamento de sua expedição científica em função dos mesmos. Barbosa Rodrigues (1875b, 1882, 1889) não esconde seu encantamento por esses objetos e passa a realizar incursões por diversas localidades a fim de encontrá-los. Em seu estudo sobre os muiraquitãs (1889), aponta existirem em várias formas, desde contas cilíndricas até figuras zoomorfas, sendo a mais valorizada em formato de rã (Figura 3). Ele revela ter se dirigido à Santarém, PA, em 1872 com o propósito de conseguir exemplares desses artefatos após ter visto em Belém uma índia com uma conta de pedra verde polida pendurada no pescoço, originária dessa localidade. Em Santarém, conseguiu obter por intermédio de terceiros um exemplar de uma conta cilíndrica, recuperada em Alter do Chão, às margens do Lago Verde. Entretanto todas as demais informações orais levantadas apontavam para a região dos rios Trombetas e Nhamundá como o centro de origem e produção desses artefatos, considerados pela população ribeirinha como amuletos de sorte, sendo capazes de curar doenças renais entre outras moléstias.

Figura 3 - Muiraquitã de jadeíta, em forma de sapo. Museu Nacional-UFRJ.
Foto: Romulo Fialdini.

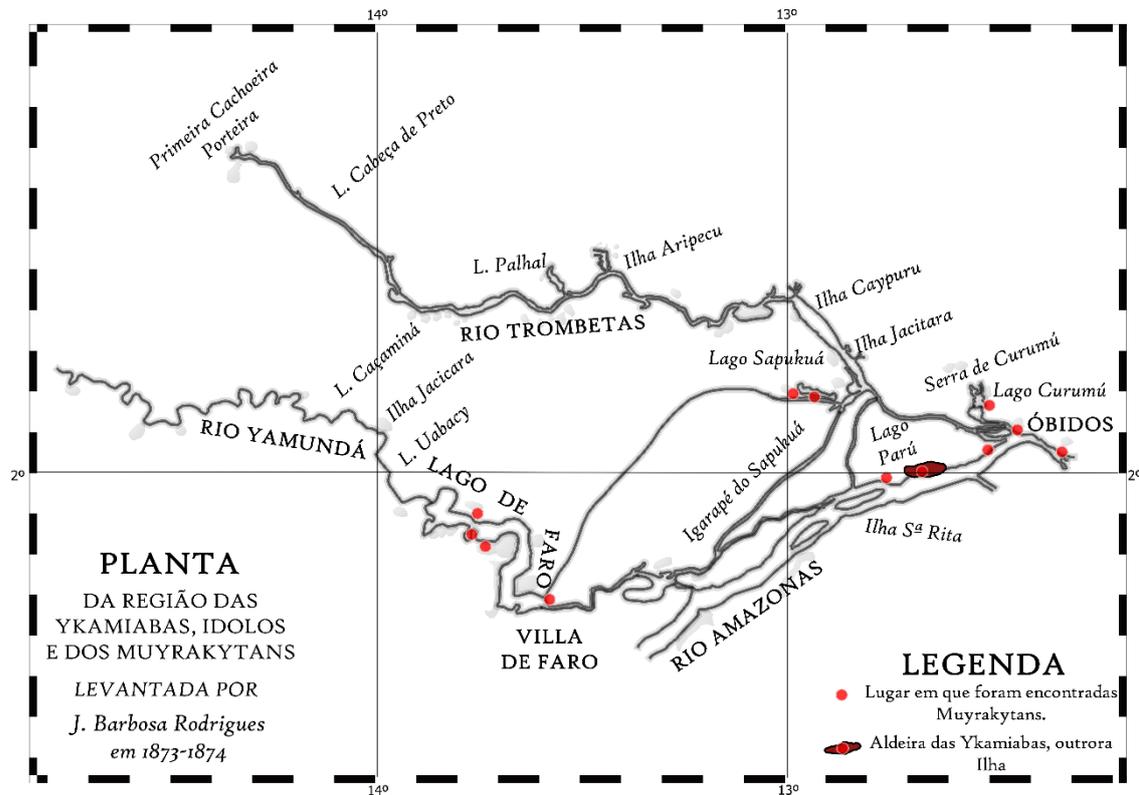


De Santarém o botânico parte para a cidade de Óbidos, PA, no Rio Amazonas. É lá que Barbosa Rodrigues consegue do padre Antônio Sanches Brito um “ídolo” de pedra, originário do rio Paru, que havia passado por outras mãos (RODRIGUES, 1985b). O objeto, que hoje se encontra na Universidade Federal do Pará (PORRO, 2010: 135), segundo a descrição e a ilustração do autor, exibe um felino com sua grande boca, garras e dentes característicos, que se sobrepõe a um outro animal tentando devorá-lo, sendo esse último identificado como uma tartaruga. Comparando os motivos incisos do adorno na cabeça da tartaruga, conclui que se trata de um artefato local, devido à semelhança da decoração com a da cerâmica arqueológica encontrada por ele na região.

Ainda em Óbidos, Barbosa Rodrigues visita a Serra da Escama e realiza escavações em vários sítios da região em busca de muiraquitãs e também na tentativa infrutífera, de localizar jazidas das pedras com as quais teriam sido fabricados. Em seguida, ele se dirige aos rios Nhamundá e Trombetas, tendo explorado as localidades de Terra Santa e Faro (Figura 4). Do conjunto de suas pesquisas obteve onze exemplares, de diferentes formas e colorações. Um deles foi doado à Princesa Isabel e os demais destinados ao Museu Nacional.

Barbosa Rodrigues supõe que os muiraquitãs seriam feitos de jade ou de feldspato laminar verde e considera essa uma prova da existência de migrações e relações culturais entre a Ásia e a América do Sul. Segundo o autor, a origem dos muiraquitãs seria asiática, mais precisamente da Ásia Menor (Troia), cujos portadores dessa tecnologia superior atravessaram o Pacífico, chegaram à América na costa da Califórnia, depois ao México e finalmente ao Amazonas. Essa linha de sucessão, que, segundo o autor, une inicialmente os Caribes do Haiti (com seus zemis) e depois o mesmo grupo na Amazônia aos Toltecas da América Central, tem nos objetos artísticos de pedras verdes seu ponto em comum (RODRIGUES, 1889). A interpretação foi motivo de grande polêmica e contestação por parte de Ladislau Netto e Sylvio Romero, que a consideraram uma hipótese absurda, bem como descartaram a ideia de origem externa da matéria prima. Conforme argumenta Ihering (1911), ainda que a origem asiática dos muiraquitãs possa ser rejeitada, o legado de Barbosa Rodrigues à arqueologia é inquestionável.

Figura 4 - Região prospectada por Barbosa Rodrigues onde foram encontrados os muiraquitãs (adaptado de Rodrigues, 1875a). Mapa elaborado por João Paulo Lopes da Cunha.



A COMISSÃO RONDON E A ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

No final do século XIX, o recém-empossado governo republicano, visando a penetração, o controle de territórios inexplorados e a defesa de fronteiras, promoveu comissões para a instalação de linhas telegráficas em diferentes partes do Brasil. Com o propósito de estender ainda mais o alcance da comunicação por telégrafo, o Presidente Affonso Penna criou em 1907 a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas, subordinada aos ministérios da Viação, Agricultura, Trabalho e da Guerra, para ligar Cuiabá até Porto Velho. No Mato Grosso e na Amazônia, os trabalhos dessa comissão foram coordenados pelo então major engenheiro militar Cândido Mariano da Silva Rondon (COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS, 1916; NOMURA, 2010).

Como era a prática da época, o Museu Nacional não só atuava na produção de ciência, mas também como instituição de suporte a projetos governamentais. Por esse motivo, em 1910 Edgar Roquette Pinto, assistente na seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, foi enviado pela instituição para acompanhar os trabalhos na linha telegráfica até Porto Velho (DOMINGUES, 2010). Durante mais de duas décadas de atuação da Comissão Rondon, no Brasil Central e na Amazônia, foram abertos 2270 km de linhas telegráficas, construídas estradas, pontes, identificados novos rios, localidades, demarcadas terras e contatados novos grupos indígenas (COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS, 1916; MACIEL, 1998; NOMURA, 2010). Além disso, zoólogos, botânicos, antropólogos, geólogos, astrônomos e diversos outros cientistas de reconhecimento nacional e internacional integraram atividades de exploração (COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS, 1916; NOMURA, 2010). Essa iniciativa também rendeu a coleta de objetos arqueológicos posteriormente incorporados ao acervo arqueológico do Museu Nacional (Coleção Rondon).

O escritor Gastão Cruls (1945), que em 1928 fez parte da excursão militar de Inspeção de Fronteiras chefiada por Rondon, desde Óbidos até o Tumucumaque, na fronteira com as Guianas, publicou um diário de viagem com suas impressões sobre o cotidiano da expedição, a convivência com os moradores locais, o contato com a natureza selvagem, os animais e as plantas exóticas, as dificuldades que enfrentavam, além das descobertas que eram diariamente realizadas pela equipe. Cruls menciona que João Barbosa de Faria era o encarregado do serviço etnográfico que estudou os índios dos rios Cachorro e Trombetas, tendo obtido nesse último rio vários fragmentos de cerâmica arqueológica – figuras, ídolos – considerados por ele como similares à cerâmica Santarém, divulgada internacionalmente naquela época após os trabalhos de Curt Nimuendaju.

Dentre os achados da excursão de Inspeção de Fronteiras, Cruls (1945) fornece informações sobre um importante artefato arqueológico encontrado no rio Trombetas (Figura 5), que, embora seja um lítico e tenha sido erroneamente classificado por ele como cerâmica, o restante da descrição confere com os registros do Museu Nacional, permitindo identificar a peça com segurança:

Mas entre tudo o que foi colecionado pelo nosso companheiro, releva mencionar certa peça de argila branca e bem polida, talvez uma ânfora ou urna cinerária, tendo as faces, num belo modelado, cabeças que não deixam de lembrar estilizações egípcias. Este objeto, hoje no Museu Nacional, foi encontrado no sub-solo das proximidades de Oriximiná e era seu possuidor o engenheiro civil Sr. João Henrique Diniz, que não teve dúvidas de pô-lo à disposição da Inspeção de Fronteiras (CRULS, 1945: 26-27).

A aquisição desse objeto arqueológico fez com que Rondon promovesse uma “completa exploração do vale do rio Trombetas” (FARIAS, 1946). E foi assim que João Barbosa de Farias detectou 17 sítios de terra preta arqueológica nos rios Trombetas e Nhamunda, coletou exemplares da cerâmica, que ele atribuiu aos Oaboí (um dos cinco clãs da tribo formada por esses e pelos Conori, Querena, Paracoimã e Paracuatá), descrevendo-a como fabricada com o uso do cauixi (espículas de esponjas de água doce), com decorações incisas e modeladas.

Figura 5 - Artefato lítico, proveniente do Rio Trombetas, doado pelo Engenheiro João Henrique Diniz à Excursão de Inspeção de Fronteiras (Comissão Rondon). Museu Nacional-UFRJ.
Foto: Romulo Fialdini.



No entender de João Barbosa de Farias, as representações mitológicas identificadas (figuras de sapos e urubu-rei) teriam correlação com as encontradas nas cerâmicas andinas, sendo o grupo Uaboí possivelmente descendente dos Chibcha, dos Andes da Colômbia. Nimuendaju (1949) denominou a cerâmica proveniente dessa região amazônica de Konduri, denominação também adotada por outros pesquisadores (HILBERT, 1955; HILBERT & HILBERT, 1980; GUAPINDAIA, 2008). As ilustrações contidas na publicação de Farias (1946) possibilitam reconhecer exemplares de cerâmicos coletados por ele que fazem parte do acervo do Museu Nacional (Figura 6), recentemente estudado por Luisa Vidal de Oliveira (2018), cuja dissertação de mestrado buscou analisar a iconografia dos artefatos e aspectos relativos à performance ritual desses mesmos objetos.

Figura 6 - Duas vistas de apêndice cerâmico Konduri, coletado por Barbosa de Farias em 1929. Museu Nacional-UFRJ. Foto: Luisa Vidal Oliveira.



RAIMUNDO LOPES

Entre 1922 e 1927, o geógrafo e naturalista Raimundo Lopes, membro da seção de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional, pesquisou dois sambaquis no Maranhão: o sambaqui de Maiobinha, na Ilha do Maranhão, e o de Pindaí, no vale do rio São João.

Ademais de uma compreensão aprofundada do meio ambiente, que levava em conta a dinâmica geológica e os locais de implantação dos sítios arqueológicos, Raimundo Lopes contribuiu para uma importante discussão da época sobre a gênese dos sambaquis, que buscava determinar se esses seriam formações naturais ou antrópicas. Raimundo Lopes (1931) se insere nesse debate a partir de suas investigações, propondo, no caso dos sambaquis maranhenses, uma origem mista formada por uma base natural, acrescida de restos alimentares e cerâmicas, o que atestava a intervenção humana. Ele acredita que essa explicação seria uma “conjectura mais aceitável do que as de amontoamento de conchas proposital, seu transporte à distância [...]” (LOPES, 1931: 165).

Todavia Lopes argumenta que não deseja reduzir todos os sambaquis brasileiros a esse tipo de conchais mistos, conforme detectou na Ilha do Maranhão. Reconhece a existência de uma diversidade de jazidas, algumas de origem natural, tal como o sambaqui da Pedra de Guaratiba, no Rio de Janeiro, a artificialidade dos sambaquis de Iguape, em São Paulo, investigados por Gustavo Krone, e os mistos, como o de Paraty e o da Ilha do Maranhão. Além de propor uma tipologia dos sambaquis e assim conciliar posições extremadas nesse debate arqueológico, suas observações sobre a existência de cerâmicas nos sambaquis maranhenses foi importante para as pesquisas futuras.

No entanto o principal aporte de Raimundo Lopes à arqueologia amazônica foi sua pesquisa sobre as estearias, realizada na planície maranhense, ao longo dos rios e lagos, entre 1919 e 1930. Lá Lopes (1924, 1931) identificou numerosos sítios pré-coloniais sobre esteios, cujas habitações foram assim construídas visando protegê-las do regime das águas. Esses sítios, contendo abundantes vestígios cerâmicos e líticos, ele considerou semelhantes a cidades amazônicas contemporâneas, a exemplo de Benjamin Constant, às casas-balsas dos Palmaris, do rio Purus, às marombas paraenses, que são uma espécie de currais palatíficos, ou seja, todos exemplos de uma adaptação humana à geografia das várzeas e do meio fluvio-lacustre. A estaria do Cajari foi vista como a maior povoação indígena desse tipo, descrita como sendo formada por milhares de esteios visíveis no verão, mas ocultados no inverno com a elevação da água que chegava até 2 metros de altura (LOPES, 1924: 89-90). Essa civilização lacustre, de características únicas, foi comparada a culturas amazônicas, portadoras de cerâmicas elaboradas, tais como Marajó, e associada a grupos Arawak, conhecidos por sua organização sociopolítica hierárquica.

Raimundo Lopes coletou 303 peças cerâmicas das estearias provenientes de dez sítios arqueológicos, algumas delas contendo alto investimento artístico, com representações de animais e pinturas em grafismos, junto a tortuais de fuso, cachimbos, estatuetas antropomorfas e muiraquitãs. Esse acervo, que constituiu a coleção “Excursão Raimundo Lopes”, depositada na reserva técnica de arqueologia do Museu Nacional, foi posteriormente objeto de análise e descrição de alunos do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (COSTA *et al.*, 2016). De acordo com os autores, a maior parte das vasilhas pesquisadas possui formato esférico, semiesférico ou de calota esférica, com variações morfológicas e decorativas que estão associadas a diferentes usos, relativos ao processamento de alimentos, cocção e serviço bem como a atividades ligadas ao universo simbólico desses grupos e ao xamanismo. Os autores também ressaltaram a existência de estatuetas antropomorfas com características sexuais explícitas, além de uma delas com um orifício na altura da boca e marcas de fuligem, sugerindo um artefato associado ao consumo de tabaco. Por fim, vale lembrar que o trabalho de Raimundo Lopes tem sido referência para a importante pesquisa arqueológica, que atualmente se desenvolve na região das estearias maranhenses (NAVARRO, 2018).

O LEGADO ARQUEOLÓGICO DE HELOÍSA ALBERTO TORRES

A antropóloga Heloísa Alberto Torres teve uma importante trajetória na história do Museu Nacional e esteve à frente de iniciativas de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Em 1918, Heloísa ingressou no museu como assistente de Roquette Pinto, na seção de Antropologia e Etnografia, tornando-se efetiva em 1923 por meio de concurso público. A partir da década de 1930, durante o governo Vargas, devido ao seu prestígio pessoal, ela passa a ocupar posições de destaque, tais como membro do Conselho de Expedições Artísticas e Científicas, instituído em 1933 com o objetivo de fiscalizar as expedições científicas realizadas por estrangeiros ou particulares. Em seguida, Heloísa integra o Conselho de Proteção aos Índios (CNPI), voltado à preservação dos grupos indígenas e também à proteção de coleções arqueológicas e etnográficas. Com a criação do SPHAN, em 1937, Heloísa foi nomeada membro do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio. De 1938 a 1955, Heloísa Alberto Torres foi diretora do Museu Nacional, tendo contribuído para a formação de jovens pesquisadores e para o fortalecimento da instituição como um centro de pesquisa científica (TORRES, 1937; CORRÊA, 1997; DOMINGUES, 2010; RIBEIRO, 2000).

Um marco na história da pesquisa arqueológica na Amazônia e constituição de coleções no Museu Nacional foi a expedição científica de Heloísa Alberto Torres à Ilha de Marajó, em 1930. A pesquisadora seguiu nesse ano em uma viagem que teve duração de seis semanas, possibilitando a realização de escavações arqueológicas em alguns tesos e a coleta de artefatos arqueológicos (RIBEIRO, 2000). De acordo com Castro Faria (1978), essa iniciativa, considerada o grande sonho de Heloísa Alberto Torres, teve um caráter inusitado, além de uma dimensão de aventura para a época, o que motivou o romance de Bastos Ávila, intitulado *No Pacoval de Carimbé*, publicado em 1932.

Infelizmente Heloísa Alberto Torres não publicou nenhum relatório sobre essa expedição arqueológica ao Marajó. Seu diário de campo permaneceu inédito, sendo o mesmo sempre referido em trabalhos que abordam a carreira dessa pesquisadora (CORRÊA, 1997; RIBEIRO, 2000). O documento original, antes parte do arquivo existente em sua antiga residência em Itaboraí, RJ, hoje Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, não consta do conjunto de documentos atualmente em processo de digitalização pelo MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins. A informação por nós obtida nessa instituição foi que esse caderno de campo havia sido transferido para o IPHAN, antes mesmo do projeto de salvaguarda documental. Entretanto, após consulta ao Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro, constatamos que o mesmo não faz parte do fundo documental “Heloísa Alberto Torres” lá existente. A conclusão foi que esse diário de campo em algum momento se extraviou.

Sobre a cerâmica marajoara, Heloísa deixou dois escritos. Um ano antes de sua ida ao Marajó, proferiu uma conferência na Escola Nacional de Belas Artes sobre a cerâmica marajoara, tendo sido o texto publicado (TORRES, 1929). Nesse texto, que contém uma síntese dos conhecimentos reunidos até aquele momento sobre o tema, Heloísa criticou fortemente as teorias de Hartt (1872) acerca da origem e evolução dos ornamentos da cerâmica indígena. Segundo a autora, a proposta de Hartt, baseada em fundamentos biológico-evolucionistas, apontava que o desenvolvimento dos grafismos, em especial a regularidade das linhas de composição das “gregas marajoara”, estava, de acordo com Hartt, relacionada à adaptação dessas à mecânica do globo ocular, a qual rejeita movimentos irregulares. A autora criticava ainda as explicações difusionistas e fantasiosas que apontavam a Grécia como local de origem desses mesmos grafismos. Para ela, faltava a Hartt a observação e o espírito de etnólogo.

Citando o etnólogo Max Schmidt, Torres discute o estudo desse mesmo autor, que, ao detalhar as técnicas de confecção da cestaria amazônica, sugere que os diferentes

entrelaçamentos da palha dão origem aos polígonos dos motivos dos trançados, e, com isso, surgem os grafismos presentes nos diferentes suportes. A autora conclui que a essência dos grafismos geométricos da cerâmica marajoara tem sua origem nos trançados da cestaria, que conduziram a sofisticados processos de estilização. Sobre os apêndices zoomorfos modelados, ela também observa que esses passam por uma evolução desde formas naturalistas até chegarem a feições simplificadas. Por fim, a autora identifica a existência de algumas figurações zoomorfas, que, conforme a posição da peça, mostram outros animais, consistindo em um hábito de “reunir numa imagem ideias várias” (TORRES, 1929: 21), o que parece antecipar o conceito de quimera ameríndia (SEVERI, 2013).

Em outro artigo, Torres (1940) discorda da hipótese vigente na época sobre a existência de uma civilização marajoara superior no passado, comparada às sociedades indígenas contemporâneas, e propõe que uma análise mais cuidadosa da arte cerâmica não sustenta essa proposição. Inicialmente argumenta que as manifestações artísticas mais expressivas (gravuras *champ-levé* e tangas cerâmicas) estiveram restritas à ilha, o que indicaria a inexistência de tentativas de expansão dessa cultura. Por outro lado, Torres considera que os traços gerais dessa sociedade de construtores de montículos funerários não diferem fundamentalmente de outros grupos amazônicos historicamente conhecidos nas Guianas, Rio Negro, Xingu etc. A arte marajoara é vista pela autora como um desenvolvimento paralelo a esses grupos. Para demonstrar sua tese, a autora compara cerâmicas arqueológicas de Marajó e da Amazônia Central a artefatos etnográficos de cestaria, retomando a ideia da discussão de dez anos antes para fundamentar seu estudo.

Em sua análise, Torres (1940) aproxima os motivos abstratos que recobrem as cerâmicas de Marajó da arte dos trançados em cestaria de grupos etnográficos. Um dos exemplos considerados é uma peneira fabricada por grupos do rio Uaupés, na qual a autora mostra como a variação do reflexo da luz permite observar o surgimento de diferentes composições dos grafismos que emergem na mesma peça. As transformações dos motivos consistem em mudanças reveladas ao olhar do observador. Em uma tampa de um cesto de índios do Rio Branco, reconhece figurações zoomorfas que se desdobram em outras composições, o que ela considera uma dinâmica semelhante aos motivos encontrados na cerâmica marajoara.

Outra cestaria de Rio Branco tem os detalhes da faixa de acabamento da tampa de um paracá correlacionados ao motivo da banda superior de uma tanga cerâmica, de Pacoval do Arari. A autora reconhece similaridades entre os modos de figurar as faces humanas na cerâmica de Marajó e em uma máscara cerimonial dos Ticuna. Por fim, associa os adornos corporais identificados nas representações antropomorfas da cerâmica de Miracanguera aos das populações indígenas conhecidas. Todos esses exemplos reforçam o argumento inicial de Torres (1940), que descarta a ideia de superioridade da civilização marajoara quando comparada às sociedades indígenas contemporâneas. Assim sendo, em sua análise e discussão dos princípios formais da arte cerâmica de Marajó, Heloísa Alberto Torres revela grande originalidade, mostrando-se uma pesquisadora sensível ao conhecimento etnológico, em construção naquele momento.

O MUSEU NACIONAL E AS PRIMEIRAS ESCAVAÇÕES SISTEMÁTICAS EM MARAJÓ

Entre 1948 e 1949, o casal de pesquisadores norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans conduziu uma expedição arqueológica à Amazônia que marcaria os destinos da disciplina, no que tange às interpretações acerca do desenvolvimento cultural da região e a produção de dados empíricos sobre a arqueologia da foz do Amazonas. Após quase um século de coletas arqueológicas e escavações promovidas por viajantes,

naturalistas e outros cientistas, essa foi a primeira vez que arqueólogos profissionais realizaram escavações estratigráficas na Amazônia. Além disso, o que diferenciava a pesquisa de Meggers e Evans era o fato de que essa não era uma pesquisa exploratória, mas uma investigação guiada por uma hipótese científica, destinada a verificar a existência de uma sociedade complexa pré-colonial na Ilha de Marajó, do tipo circum-caribenho, segundo a tipologia de áreas culturais definida por Steward no *Handbook of South American Indians* (1948-1950).

Segundo Meggers e Evans (1954), a expedição de estudos ao Baixo Amazonas, especialmente à Ilha de Marajó, foi custeada por bolsas do Vicking Fund (hoje Wenner Gren) e da William Bayard Cutting Travelling Fellowship, com o apoio do Departamento de Antropologia da Columbia University, em cooperação com o Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Territorial do Amapá. No relatório apresentado ao Smithsonian Institution, Meggers e Evans (1957: 3) agradecem à Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional na época, pela assistência, ajuda e conselhos desde o início até o fim da viagem. Nessa mesma publicação, o casal de pesquisadores informa que ao final da pesquisa foram formadas coleções tipo para serem depositadas no Museu Nacional, Museu Goeldi e Museu Territorial do Amapá. E assim se explica a existência da Coleção Meggers e Evans no acervo do Museu Nacional.

As seriações da cerâmica de Marajó levaram ao reconhecimento de 5 fases: 1) Ananatuba; 2) Mangueiras; 3) Formiga; 4) Marajoara; e 5) Aruã. A fase Marajoara foi vista por Meggers e Evans como o correlato de uma cultura complexa, que não se desenvolveu localmente, mas teria chegado pronta à ilha através de uma migração, cuja origem poderia ser buscada na região andina, no noroeste da América do Sul, uma vez que não havia nenhuma evidência de que ela teria resultado das fases anteriores. Tendo em vista a fase posterior (Aruã), que apresentava traços de uma típica sociedade de floresta tropical, os autores consideraram que a sociedade Marajoara teria decaído culturalmente, em função das limitações impostas pelo meio ambiente, especialmente a pobreza dos solos (MEGGERS & EVANS, 1954, 1957; MEGGERS, 1954). Essa interpretação serviu de base para que Meggers (1987 [1971]) construísse um modelo de ocupação indígena de longa duração na Amazônia, marcado pela ideia de degeneração, de impermanência das aldeias, ausência de populações extensas e de hierarquias sociais e políticas, que foi amplamente contestado por diversos arqueólogos a partir da década de 1980, quando tem início as discussões sobre a existência de sociedades complexas na Amazônia pré-colonial (ROOSEVELT, 1992; HECKENBERGER, 2005; NEVES & PETERSEN, 2006; SCHAAN, 2004, 2008).

EM BUSCA DAS SOCIEDADES COMPLEXAS EM SANTARÉM

Após as escavações de Meggers no final dos anos 1940, a arqueologia do Museu Nacional tomou outros rumos, cuja pesquisa se direcionou a interesses distintos, tais como as ocupações sambaquieiras no estado do Rio de Janeiro e no sul do Brasil, além da arte rupestre na região de Central na Bahia. Somente em 2006, a arqueologia amazônica seria novamente integrada às investigações arqueológicas da instituição. Dessa vez com influência da Etnologia indígena, a partir do desenvolvimento de um projeto de pós-doutoramento de Denise Gomes, junto ao PPGAS, sob a supervisão do Professor Eduardo Viveiros de Castro. Intitulado “Cronologia e Contexto Cerimonial da Cultura Santarém”, o projeto buscou abordar o tema da emergência das sociedades complexas pré-coloniais amazônicas sob uma nova perspectiva, voltada à compreensão dos rituais. Sua metodologia associava prospecções regionais e escavações sistemáticas nos principais sítios da região ao estudo das cosmologias ameríndias, pela via da análise iconográfica.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma análise das figurações cerâmicas de transformação corpórea existentes na cerâmica Santarém, a partir da coleção da reserva técnica de arqueologia do Museu Nacional. Embora formada basicamente por fragmentos de apêndices zoomorfos modelados e limitada a poucos exemplares de vasos inteiros, essa investigação possibilitou associar as figurações de transformação, de caráter icônico, que caracterizam o estilo Santarém, ao xamanismo e a cosmologias indígenas perspectivistas (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002), segundo as quais os seres humanos, animais, espíritos e outros seres interagem, assumem perspectivas próprias e podem se metamorfosear (GOMES, 2007). Comparações realizadas com outras culturas arqueológicas distribuídas em uma ampla escala geográfica do território americano (Marajó, Konduri, Moche, Tumaco la Tolita, Haida etc), que em diferentes intensidades e estilos também exibem imagens de transformação corpórea, permitiram a proposição de um modelo interpretativo relativo à existência de uma “estética perspectivista ameríndia” (GOMES, 2012).

Paralelamente, prospecções e escavações sistemáticas foram conduzidas por Gomes na região de Santarém, como parte desse projeto de longa duração, cujas atividades de campo se iniciaram em 2006, prosseguindo até o ano de 2014, agora como docente e pesquisador da área de arqueologia do Museu Nacional. Durante esse tempo, foi realizada a delimitação, por meio de 74 tradagens e 15 unidades de escavação (50m²), do mais importante sítio arqueológico da cultura Santarém – o sítio Aldeia, onde foram recuperados diversos artefatos (Figura 7). Esse sítio, hoje totalmente coberto pela ocupação urbana que se estende por vários bairros da cidade de Santarém (Centro, Aldeia, Santa Clara, Fátima), foi apontado por Nimuendaju (1949) como o maior sítio de terra preta arqueológica da região. Além disso, Anna Roosevelt (1992), embora não tenha escavado o sítio Aldeia, definiu-o como uma ocupação de escala “urbana”, que consistia no centro de um cacicado hierarquizado e complexo, ao redor do qual gravitavam comunidades satélites.

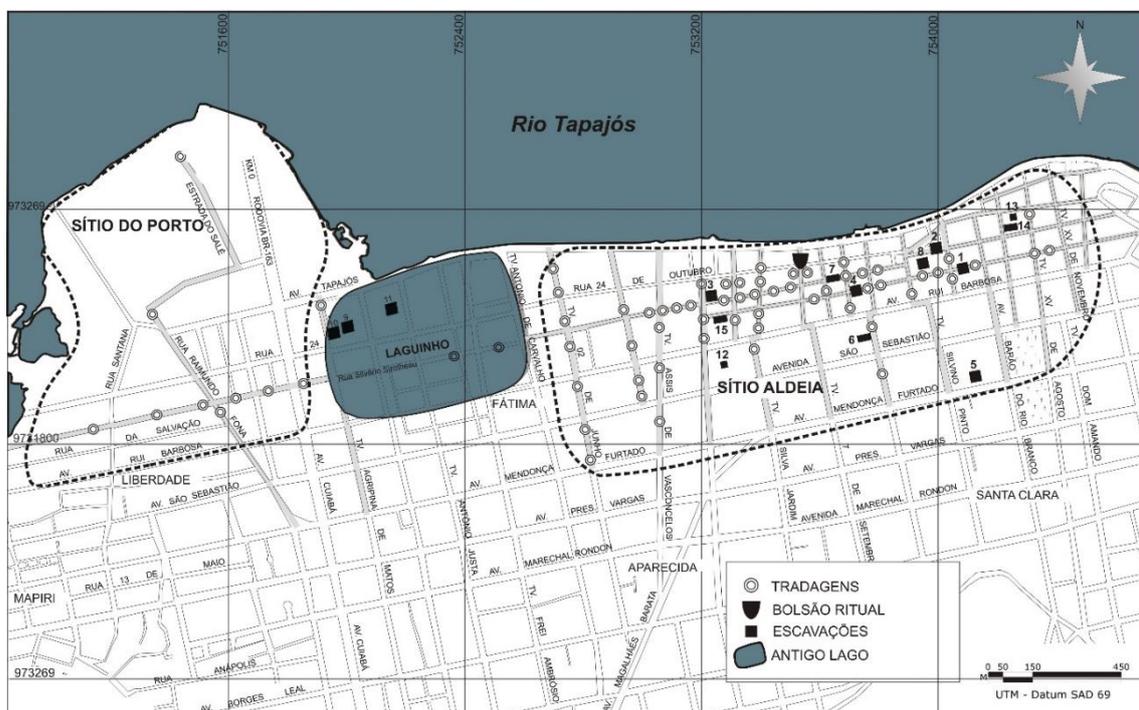
Figura 7 - Artefatos de um bolsão cerimonial, unidade 4, sítio Aldeia. A, B, C, D – Fragmentos de estatuetas antropomorfas; E – Fragmento de vaso de cariátides com figuração antropomorfa; F – Apêndice de cariátides; G – Fragmento de vaso de gargalo com figura zoomorfa em transformação. Museu Nacional-UFRJ. Fotos: Wagner Souza e Silva.



Os resultados dos trabalhos de delimitação e escavação, realizados na área urbana de Santarém, revelaram não apenas um único sítio, mas um padrão de assentamento constituído por dois grandes sítios – Aldeia (120 ha) e Porto (89 ha) – separados por um lago sazonal, que corresponde ao atual bairro do Lagunho, aterrado nos anos 1970 (Figura 8). Escavações estratigráficas no sítio Aldeia, junto às 16 datações de C14 obtidas, demonstraram a existência de um sítio multicomponential de terra preta antropogênica, de grandes dimensões, com uma estratigrafia complexa e três ocupações culturais distintas:

1. Pré-colonial, associada à cerâmica Pocó: 3020 ± 40 a 1800 ± 40 A.P.
2. Pré-colonial, associada à cerâmica Santarém: 650 ± 40 e 410 ± 40 A.P.
3. Histórica: séculos XVIII e XIX d.C.

Figura 8 - Mapa de delimitação dos sítios Aldeia e Porto, Santarém, PA, realizada entre 2006 e 2014.



A comparação das datações dos sítios Aldeia e Porto (QUINN, 2004), relativas à ocupação Santarém, demonstrou a contemporaneidade desses sítios entre os séculos XIII e XVI d.C., sugerindo a existência de grandes densidades populacionais. Essa ideia é confirmada pela análise dos padrões de assentamento de 30 outros sítios detectados na margem direita do rio Tapajós, em uma área de 500 km². Um desses, o Carapanari, foi sistematicamente escavado e sua cronologia de ocupação, entre os séculos XIV e XVI d.C. (510 ± 40 a 260 ± 40 A.P.), junto às datas de sítios do planalto de Belterra, tais como Cedro e Amapá, escavados por Schaan (2016) e Stenborg (2016), sugere um movimento de fissão populacional nos sítios Aldeia e Porto a partir do século XIV d.C. Essas comunidades identificadas ao redor de Santarém teriam surgido, segundo Gomes como um modo de aliviar tensões demográficas e políticas. Além disso, a cerâmica do sítio Carapanari e dos demais sítios exibem variações morfológicas e iconográficas com relação ao sítio Aldeia, vistas como indicadores de autonomia sociopolítica com relação às grandes aldeias (GOMES, 2017; GOMES *et. al.*, 2018).

Considerando essa dinâmica populacional envolvendo processos de fissão, a ausência de vestígios materiais indicadores de subordinação política entre os sítios e de

diferenças qualitativas entre os indivíduos, a interpretação proposta reconhece a complexidade social em Santarém, mas nega a existência de centralização política e de hierarquias marcadas no período pré-colonial tardio. A julgar pelas estatuetas realistas de homens sentados com atributos de xamãs – uma delas existente no acervo do Museu Nacional, a instituição de grande relevância parece ter sido o xamanismo. A recorrência das imagens de transformação corpórea, contidas nos fragmentos de vasos cerimoniais resgatados durante as escavações dos sítios Aldeia e Carapanari também reforça a ideia de um xamanismo potente, capaz de estruturar essa sociedade amazônica, de promover trocas simbólicas de conhecimentos entre pessoas (GOMES, 2017). Todos os vestígios materiais coletados durante essa pesquisa, perfazendo 35.000 fragmentos líticos e cerâmicos, foram depositados no Museu Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arqueologia tem sido vista como uma disciplina que, desde o século XIX, se constitui como central nas discussões sobre a formação histórica do Brasil e nos projetos de construção de identidades (BARRETO, 1999; FERREIRA, 2001, 2007, 2014; FUNARI, 1994; LANGER, 2014; SANDAJ, 2010, 2011). Ao examinarmos as referências bibliográficas sobre as pesquisas e expedições arqueológicas à Amazônia, realizadas pelo Museu Nacional durante a segunda metade do século XIX, nos damos conta da importância das coleções reunidas, oriundas de Marajó, Maracá, Santarém e do Médio Amazonas. Nesse período, o papel do Museu Nacional como o principal museu de história natural do país, e instituição científica síntese de um projeto imperial de saber e poder, deve ser destacado (FERREIRA, 2001: 22; FUNARI, 2001; LANGER, 2014; LOPES, 1997).

De acordo com Langer (2014: 102), as décadas de 1870 e 1880 simbolizam os anos de ouro do Museu Nacional e também o auge da arqueologia oitocentista, que teve na figura de seu diretor, Ladislau Netto, o grande incentivador da disciplina. A exposição Antropológica Brasileira de 1882 representa um marco para a arqueologia da época. O propósito de Ladislau Netto era projetar o Museu Nacional internacionalmente, frente aos principais debates científicos relacionados à evolução humana e constituição da nação, tendo sido ele o autor de um artigo dedicado às investigações da arqueologia brasileira, publicado na edição especial sobre a grande exposição de 1872, no volume 6 dos *Archivos do Museu Nacional* (NETTO, 1885).

Desse modo, a atuação do Museu Nacional durante o império buscava a centralização da guarda de acervos procedentes de diferentes partes do território nacional e especialmente no campo da arqueologia a posse de coleções e a produção dos discursos sobre as origens das populações indígenas do passado. Esse debate tinha como motivação a afirmação do Brasil no cenário científico internacional, além de questões mais caras ao ideário imperial, como a formação étnica da população brasileira e as possibilidades de integração dos indígenas ao desenvolvimento do país (SANJAD, 2010; SCHWARCZ, 1993).

A partir da leitura das fontes escritas sobre a arqueologia do período imperial, é notável a associação dos artefatos amazônicos à ideia de objetos exóticos e a grandes civilizações, cujas origens são sempre externas (LANGER, 2014). Esses discursos, conforme sugerido por Ferreira (2014), se inscrevem como parte de práticas coloniais de dominação imperial, ou ainda como uma arqueologia do outro, “herdada da arqueologia colonial europeia, praticada por estrangeiros e nacionais, que se prestam a exercícios interpretativos condizentes com a mentalidade colonial” (BARRETO, 1999: 204).

Na virada do século, um dos marcos desse histórico é a Comissão Rondon, que durante as primeiras décadas da república empreende um projeto de controle e

colonização de territórios afastados do centro de poder, com a implantação das linhas telegráficas na Amazônia (CRULS, 1945). A arqueologia também é aqui inserida e artefatos cerâmicos e líticos desconhecidos no mundo científico são obtidos na região do rio Trombetas e depositados no Museu Nacional. A mesma lógica explicativa do século XIX é novamente utilizada para explicar a origem andina da cerâmica arqueológica associada aos Oaboí (FARIA, 1946).

Com Raimundo Lopes (1924, 1931) e sua pesquisa sobre as estearias maranhenses durante as décadas de 1920 e 1930, tem início um movimento de afastamento desse tipo de explicação difusionista por parte dos pesquisadores do Museu Nacional. Ainda que as estearias tenham sido consideradas uma expressão de uma importante civilização, as referências utilizadas para a sua compreensão são todas advindas do território brasileiro e, além disso, das observações etnológicas de Lopes.

Todavia o rompimento definitivo com o discurso evolucionista e difusionista se dá com Heloísa Alberto Torres, nos anos 1930 e 1940, inicialmente explicado por sua aproximação com o ideário nacionalista do governo Vargas (RIBEIRO, 2000). Suas proposições acerca da cultura material de Marajó negam a existência de uma “civilização superior”, ao correlacionar essa sociedade a grupos indígenas historicamente conhecidos (TORRES, 1929). A originalidade de sua análise formal dos grafismos da cerâmica Marajoara, que aproxima os mesmos dos padrões observados dos artefatos etnográficos de cestaria, deve ser destacada. Essa tem por base referências da literatura etnológica bem como a influência das pesquisas desenvolvidas nessa área pelo setor de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional (TORRES, 1940).

A pesquisa de Betty Meggers e Clifford Evans, do final dos anos 1940, além da contribuição científica em termos metodológicos, também rendeu coleções da Ilha de Marajó ao Museu Nacional. Entretanto sua interpretação se inscreve em uma perspectiva colonialista, com uma tese sobre a sequência ocupacional de Marajó. Essa deu origem a um modelo sobre a ocupação pretérita da Amazônia que enfatizava as limitações do meio ambiente ao desenvolvimento cultural, sendo o mesmo vigente até os anos 1970 (MEGGERS, 1954, 1987; MEGGERS & EVANS, 1957).

Quase seis décadas depois da expedição de Meggers, as pesquisas de Gomes (2017) realizadas em Santarém dialogaram com um modelo arqueológico oposto ao dessa autora, que propunha a existência de sociedades pré-coloniais complexas, hierarquizadas e centralizadas também na Amazônia (ROOSEVELT, 1992), como parte de um debate mais amplo, de âmbito internacional, assim como fizeram vários dos arqueólogos amazonistas de sua geração (HECKENBERGER, 2005; NEVES, 2012; NEVES & PETERSEN, 2006; SCHAAN, 2004, 2008). Embora a existência da complexidade social não seja negada, a interpretação formulada por Denise Gomes rejeitou a ideia de centralização política nessa região. A influência da etnologia indígena na construção dessa interpretação pode ser vista como o ponto de contato entre as formulações anteriores de pesquisadores do Museu Nacional das décadas de 1930 e 1940, que se afastavam de uma perspectiva colonialista.

Assim sendo, essa memória das coleções arqueológicas amazônicas evidencia uma trajetória do Museu Nacional desde o início voltada não só para a aquisição de artefatos, mas fortemente empenhada na produção de discursos afinados com os diferentes momentos políticos e com os principais debates internacionais no campo científico. O desaparecimento de grande parte dessas coleções, afetadas pelo incêndio de grandes proporções de setembro 2018, deixa um enorme vazio, ao mesmo tempo em que impõe uma reflexão sobre a importância histórica desses acervos para a construção do passado pré-colonial brasileiro.

No dia seguinte ao incêndio, a impressão geral era de total destruição e de grande incerteza quanto aos rumos da instituição. Por outro lado, os esforços empreendidos pela equipe de resgate arqueológico, durante o ano de 2019, revelaram surpresas, tais como a recuperação de peças arqueológicas amazônicas intactas e muitas outras passíveis de restauração. De todo modo, um novo olhar é dirigido a essas coleções, cujos objetos passaram por diversos processos de transformação, envolvendo o fogo e a queda de escombros. As perspectivas futuras relativas às coleções amazônicas incluem ações tais como a retomada das pesquisas de campo, a organização de novas exposições contendo peças resgatadas e sua valorização por meio do emprego de tecnologias digitais, além da produção científica sobre esses artefatos e a aquisição de novos acervos por meio de doações de outras instituições. Acima de tudo se faz necessário renascer das cinzas e lidar com a tragédia de modo a encontrar caminhos que permitam a continuidade das pesquisas no Museu Nacional, cujo destino sempre esteve ligado ao estudo das populações indígenas da Amazônia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Antônio Ricardo Pereira de Andrade, coordenador do sítio do Museu Nacional – UFRJ, por ter disponibilizado várias imagens de artefatos arqueológicos pertencentes ao acervo da instituição. Sou grata à Leandra Pereira de Oliveira, bibliotecária chefe da Biblioteca Central do Museu Nacional, por sua colaboração durante a pesquisa bibliográfica e permissão de acesso aos livros raros. Meu muito obrigada a João Paulo Lopes da Cunha pela elaboração da versão digital do mapa de Barbosa Rodrigues (1875) e a Jessé Rodrigues pela produção das ilustrações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Cristiana. 1999. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3: 201-212.
- CASTRO FARIA, Luís. 1978. Heloisa Alberto Torres (1885-1977), *Anuário Antropológico*, 77: 329-333.
- COMISSÃO DE LINHAS TELEGRÁFICAS ESTRATÉGICAS DE MATO GROSSO AO AMAZONAS. 1916. Missão Rondon: Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão sob a direção do coronel engenheiro Candido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915, 485 p.
- CORRÊA, Mariza. 1997. Dona Heloísa e a pesquisa de Campo, *Revista de Antropologia*, USP, 40 (1): 11-54.
- COSTA, Anglislaine Freitas; HISSA, Sarah de Barros Viana; AZEVEDO, Leonardo Waismann de; AMATUZZI, Leonardo Judice. 2016. O universo cotidiano e simbólico das estearias, *Revista de Arqueologia*, 29 (1):161-187.
- CRULS, Gastão. 1945. *A Amazônia que eu vi: Óbidos-Tumucumaque*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. 2010. Heloísa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, 5 (3): 625-643.
- FARIA, João Barbosa de. 1946. *A Cerâmica da tribo Uaboi dos rios Trombetas e Jamundá: Contribuição para o estudo da arqueologia pré-histórica do baixo Amazonas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2014. História Petrificada: a Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro, *Cadernos CEON*, 17 (18): 11-40.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2007. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. 2001. Um Bando de Ideias Novas na Arqueologia (1870-1877), *Revista de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 11: 21-33.
- FREITAS, Marcus Vinicius de. 2001. *Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial*. São Paulo, Metavideo SP Produção e Comunicação Ltda.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. 2013. Arqueologia no Brasil e no Mundo: Origens, problemas e tendências, *Ciência e Cultura*, 65 (2): 23-25.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. 1994. Arqueologia Brasileira, Visão Geral e Reavaliação, *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 1:23-41.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. 2007a. The Diversity of Social Forms in Pre-Colonial Amazonia. *Revista de Arqueologia Americana* 25: 189-225.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. 2012. O Perspectivismo Ameríndio e a Ideia de uma Estética Americana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas* 7 (1):133-59.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante. 2017. Politics and Ritual in Large Villages in Santarém, Lower Amazon, Brazil. *Cambridge Archaeological Journal*, 27(2): 275-293. doi: 10.1017/S0959774316000627.
- GOMES, Denise Maria Cavalcante; SILVA, Adriana Cardoso; RODRIGUES, Robson. 2018. Múltiplos Territórios: os sítios vizinhos às grandes aldeias de Santarém, PA. *Revista de Arqueologia*, 31 (1): 3-24.
- GUAPINDAIA, Vera L. C. 2008. *Além da margem do rio – as ocupações Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

- HARTT, Charles F. 1885a. Contribuições para a Etnologia do Vale do Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, IV: 1-172.
- HARTT, Charles F. 1885b. A origem da arte ou evolução da ornamentação, *Archivos do Museu Nacional*, IV: 95-108.
- HARTT, Charles F. 1871. The Ancient Indian Pottery of Marajó. *The American Naturalist*, 5 (5): 259-271.
- HECKENBERGER, Michael. 2005. *The Ecology of Power: Culture, Place and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*. New York, Routledge.
- HILBERT, Peter Paul. 1955. *A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná*. Vol.9. Belém, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.
- HILBERT, Peter Paul & HILBERT, Klauss. 1980. Resultados Preliminares da Pesquisa Arqueológica nos Rios Nhamundá e Trombetas: Baixo Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 75:1-15.
- IHERING, Herman von. 1911. João Barbosa Rodrigues, *Revista do Museu Paulista*, 11: 23-38.
- KURY, L. 1998. Ciência e Nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia, *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, 5 (2): 267-91.
- LANGER, Johnni. 2014. Expondo o passado: as pesquisas arqueológicas do Museu Nacional durante o Brasil Império (1876 a 1889). *Cadernos CEON*, 18 (21): 91-109.
- LOPES, Maria Margareth. 1997. O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX. São Paulo, Hucitec.
- LOPES, Raimundo. 1924. A Civilização Lacustre do Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, I: 87-109.
- LOPES, Raimundo. 1931. Entre a Amazônia e o Sertão. *Boletim do Museu Nacional*, VII (1): 159-186.
- MACIEL, Laura A. 1998. *Nação por um Fio: Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo, Educ/Fapesp.
- MEGGERS, Betty. 1954. Environmental Limitation on the Development of Culture, *American Anthropologist* 56: 801-823.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. 1954. *Uma interpretação das Culturas da Ilha de Marajó*. Publicação nº 7, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford. 1957. *Archaeological Investigations at the Mouth of the Amazon*. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology.
- MEGGERS, Betty. 1987 [1971]. *Amazônia: A Ilusão de um Paraíso*. Rio de Janeiro, Itatiaia.
- NAVARRO, Alexandre Guida. 2018. New Evidence for late first-millennium AD. silt-house settlement in Eastern Amazonia. *Antiquity*, 92 (366): 1586-1603.
- NEVES, Eduardo. 2012. *Sob os Tempos do Equinócio: Oito mil anos de História na Amazônia Central (6500 AC – 1500 D.C.)*. Tese de Livre Docência. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, USP.
- NEVES, Eduardo & PETERSEN, James. Political Economy and Pre-Columbian Landscape Transformations in Central Amazonia, In: BALÉE, W. & ERICKSON, C. (Eds.), *Time and Complexity in Historical Ecology*. New York: Columbia University Press, pp. 279-309.
- NETTO, Ladislau. 1885. Investigações sobre a Archaeologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional*, 6: 261-554.
- NIMUENDAJU, Curt. 1949. Os Tapajó, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 10:93-106.

- NOELLI, Francisco & FERREIRA, Lúcio Menezes. 2007. A Persistência da Teoria da Degeneração Indígena e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira, *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, 14(4):1239-1264.
- NOMURA, Hitoshi. 2010. Centenário de Fundação da Comissão Rondon: Personagens, descobertas e produção bibliográfica, *Cadernos de História da Ciência*, 6 (1): 79-106.
- OLIVEIRA, Luisa Vidal. 2018. *Performance e Iconografia Cerâmica do Baixo Amazonas: A Cerâmica Ritual Konduri*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PENNA, Domingos S. Ferreira. 1877. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará (Carta ao Dr. Ladisláu Netto), *Archivos do Museu Nacional*, 2: 47-67.
- PORRO, Antônio. 2010. Arte e Simbolismo Xamânico na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Humanas*, 5 (1): 129-144.
- QUINN, Ellen. 2004. *Excavating "Tapajó" Ceramics at Santarém: their age and archaeological context*. Tese de Doutorado. Chicago, University of Illinois at Chicago.
- RIBEIRO, Adelia M. M. 2000. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: Entrelaçamento de círculos e formação das Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGAS/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, João Barbosa. 1875a. *Exploração e estudo do vale do Amazonas*. Relatório Apresentado ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conselheiro Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comercio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- RODRIGUES, João Barbosa. 1875b. *Ídolo Amazônico Achado no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro, Typographia de Brown & Evaristo.
- RODRIGUES, João Barbosa, 1882. *Catálogo dos Objetos Expostos na Exposição Anthropológica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- RODRIGUES, João Barbosa. 1889. *O Muyaquitã: Estudo da origem Asiática, da Civilização do Amazonas nos tempos prehistoricos*. Manaus, Typographia do Amazonas, v. 1 e 2.
- ROOSEVELT, Anna C. 1992. Arqueologia Amazônica, In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Ed.), *História dos Índios do Brasil*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, pp. 53-86.
- ROOSEVELT, Anna C.; HOUSLEY, R.A.; SILVEIRA, Maura I.; MARANCA, Silvia & JOHNSON, R. 1991. Eighth millennium pottery from a prehistoric shell midden in the Brazilian Amazon. *Science*, v. 254, p. 1621-1624.
- SÁ, Magali R. 2001. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, 8 (Suplemento): 900-924.
- SANJAD, Nelson. 2011. Ciência dos potes quebrados: nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 19 (1): 134-164.
- SANJAD, Nelson. 2010. *A Coruja de Minerva: O Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- SCHAAN, Denise. 2004. *The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon*. Unpublished Doctoral Dissertation. Pittsburg, University of Pittsburg.
- SCHAAN, Denise. 2008. The nonagricultural chiefdoms of Marajó Island. In: SILVERMAN, H. & ISBELL, W. H. (eds.), *Handbook of South American Archaeology*. New York, Springer, pp. 339-57.

- SCHAAN, D. P. 2016. Discussing Centre-Periphery Relations within the Tapajó Domain, Lower Amazon. In: STENBORG, P. (Ed.), *Beyond Waters: Archaeology and Environmental History of the Amazonian Inland*, (Gotarc Series A Gothenburg Archaeological Studies 6), Gothenburg, pp.23-36.
- SCHWARCKZ, Lilia M. 1993. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEVERI, Carlo. 2013. O espaço quimérico. Percepção e projeção nos atos do olhar. In: SEVERI, C. & LAGROU, E. (Orgs.), *Quimeras em diálogo: grafismo e figuração na arte indígena*. Rio de Janeiro, 7Letras, pp. 25-65.
- STENBORG, Per. 2016. Towards a Regional History of Pre-Columbian Settlements in the Santarém and Belterra Regions, Pará, Brazil. In: STENBORG, P. (Ed.), *Beyond Waters: Archaeology and Environmental History of the Amazonian Inland*, (Gotarc Series A Gothenburg Archaeological Studies 6), Gothenburg, pp.9-20.
- TORRES, Heloísa Alberto. 1929. *Cerâmica de Marajó*. Rio de Janeiro, Typographia Brasil Social.
- TORRES, Heloísa Alberto. 1937. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil, *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, pp. 9-30.
- TORRES, Heloísa Alberto. 1940. *Arte Indígena da Amazônia*, Publicações do SPHAN, n. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. Os pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. *Mana*, 2 (2): 115-144.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena, In: VIVEIROS DE CASTRO, E., *A inconstância da Alma Selvagem e outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, pp. 345-399.